

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: JOÃO RICARDO FERREIRA PIRES

TÍTULO: CONSERVAÇÃO ORGANIZAÇÃO TRATAMENTO E DIVULGAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE PITANGUI: FUNDO PODER JUDICIÁRIO – SÉCULOS XIX

AUTORES: JOÃO RICARDO FERREIRA PIRES, JOÃO RICARDO FERREIRA PIRES, CHARLES AQUINO ISHIMOTO , FLÁVIA LEMOS MOTA DE AZEVEDO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Fapemig

PALAVRA CHAVE: HISTÓRIA REGIONAL, ARQUIVOS, PITANGUI

RESUMO

INTRODUÇÃO

A trajetória recente do Arquivo Histórico de Pitangui tem o seu início no segundo semestre de 2003, quando os professores Francisco Andrade e Mariza Guerra de Andrade, fizeram uma pesquisa preliminar para avaliação da documentação cartorária que se encontrava no Arquivo Judicial de Pitangui. A partir deste contato e a constatação da necessidade de se promover ações para a preservação e organização do acervo, firmou-se, no ano de 2004, parceria entre a Prefeitura Municipal de Pitangui, o Instituto Histórico de Pitangui e a Fundação Educacional de Divinópolis FUNEDI/UEMG, visando a arrematação dos recursos financeiros e técnicos para se realizar este propósito. Essa parceria foi realizada por meio de um convênio com o objetivo de promover a Conservação e Organização do Arquivo Histórico de Pitangui. Estiveram à frente da coordenação técnica do Arquivo os professores Francisco Andrade, Mariza Guerra, Ivana Parrela e Leandro Pena Catão. Atualmente o projeto é coordenado pelo Centro de Memória Profª Batistina Corgozinho – UEMG Divinópolis – CEMUD, tendo a coordenação dos professores Flávia Lemos Mota de Azevedo e João Ricardo Ferreira Pires. A equipe técnica também conta com a participação da professora Adelan Maria Brandão, que pertence à equipe desde o início dos trabalhos em 2004. Também compõem e compuseram a equipe de trabalho dezenas de bolsistas de iniciação científica, alunos do curso de História da UEMG – Unidade Divinópolis.

Ao longo de séculos a Câmara de Pitangui acumulou documentação de várias localidades que hoje fazem parte da região Centro-Oeste de Minas Gerais e também de vários indivíduos de renome em sua região, como é o caso de Joaquina do Pompéu e Maria Tangará, além de “pessoas comuns”, que tiveram os seus nomes imortalizados neste acervo. Ao longo dos anos, dos séculos, foi se ajuntando um grande volume de documentos, que nos revelam uma série de aspectos da vida política, econômica, cultural e material da Vila de Pitangui e seu termo. O projeto visa a catalogação, conservação, organização, tratamento e divulgação da documentação presente no Arquivo Histórico de Pitangui, que possui uma extensa documentação de cidades do Centro-Oeste Mineiro, como: Nova Serrana, Bom Despacho, Martinho Campos, Pará de Minas, Conceição do Pará, entre outras. É a continuidade desse projeto que vêm desde 2004, agora, focando em um dos maiores fundos da instituição: o judiciário do século XIX. Não obstante tenha toda essa relevância e dimensões expressivas, o Arquivo Histórico de Pitangui foi pouco consultado por historiadores de ofício. Além disso, o Arquivo é muito pouco conhecido pelo público em geral. A exceção feita em relação aos genealogistas da região, que recorrerem muito ao acervo do Arquivo Histórico de Pitangui no desenvolvimento de suas pesquisas.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma rotina de trabalho interno no arquivo, observando uma divisão de trabalho: limpeza e higienização, identificação dos documentos, pré-arranjo do arquivo permanente. No arquivo permanente, o acervo está separado por tipologias documentais e arquivados de forma cronológica crescente. Cada documento do acervo possui uma ficha com informações como: a datação dos mesmos, a sua tipologia, os envolvidos no processo, a localidade dos envolvidos, as suas titulações e ou alcunhas (capitão, dona, forro, escravo, demente, ajudante, alferes, padre, etc), e há também observações relativas a temas que o documento trata (liberdade, desentendimentos conjugais, rixas políticas, etc.). Durante 2014 demos continuidade aos trabalhos de higienização, catalogação e conservação dos documentos do século XVIII e XIX. Além disso, foi corrigido alguns erros encontrados em revisão do acervo organizado e das fichas do século XVIII. Podemos dizer que no que diz respeito ao XVIII chegamos em um nível de organização muito bom. O trabalho de 2015 continua assim dividido: organização, classificação, higienização e tratamento. Além disso, foram feitos índices da documentação já organizada do século XVIII e XIX.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Arquivos Históricos são um portal para passado, para outros tempos. A abertura e a disseminação do conteúdo do acervo do Arquivo Histórico de Pitangui têm como um de seus principais objetivos subsidiar novas pesquisas acerca de Pitangui e toda a vasta região que outrora constituía seu termo e sertões circunvizinhos durante os períodos colonial, imperial e republicano.

No Arquivo se encontram as seguintes tipologias documentais: abonação, absolvição, agravo, ajustes de contas, apelação, arrecadação, arrematação, compromisso, concordata, contrafé, crédito, diligência, depósito, despacho, despejo, determinação, emancipação, embargo, escritura, exame, execução, exibição, fiança, força nova, força velha, habilitação, homenagem, inquirição, insinuação, justificação, libelo cível, libelo crime, mandado, medição, notificação, ordinária, penhora, precatória, procuração, protesto, querela, procuração, protesto, querela, reclamação, segurança, seguro, sequestro, sesmaria, testamentária, tutela e ação de alma. Todas as tipologias pertencem aos séculos XVIII e XIX, datadas entre 1715 a 1900.

O Arquivo Histórico de Pitangui vem ganhando forma e notoriedade e reconhecimento em Pitangui e em toda região, mas é preciso mais. Nosso Arquivo Histórico, talvez o bem cultural mais valioso da cidade, carece ainda de muitos recursos e cuidado, sobretudo do poder público. A nossa expectativa e a de todos que reconhecem já a importância desse acervo para a cidade é a de que essa organização nos auxilie neste propósito, qual seja, o de “acordar” a população de Pitangui e de toda a região quanto a importância do Arquivo para a preservação e recuperação da memória coletiva desta parte das Minas Gerais.